

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2023

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA 02/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50783/2022**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA, COMPLEMENTARES E ORÇAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO/RJ.

PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 32.542.296/0001-69, com sede na Avenida Jornalista Moacir Padilha, 1141, – Jardim Primavera – Duque de Caxias/RJ – CEP 25.215-250, telefone nº 21 3491-5702, e-mail matheus@passosengenharia.com, vem respeitosamente, por meio de seu representante legal, o Sr. Matheus de Lima Passos, Crea/RJ 2015123541, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra o ato da Comissão de Permanente de Licitações, no âmbito do processo licitatório em epígrafe, que julgou a habilitação do certame, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir:

**I. DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

O prazo para apresentação de recurso administrativo é de 5 (cinco) dias úteis, conforme previsto na Lei 8666/93, no art.109, inciso I, a:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

Consta em ata de reabertura lavrada da sessão pública da licitação Concorrência 02/2023, de processo administrativo nº 50783/2022, enviada numa quarta-feira, no dia 14 de junho 2023, às 15h35, através do e-mail da Comissão Permanente de Licitação (cpl.semcomp@gmail.com), tendo seu prazo inicial no dia 15 de junho de 2023 e seu prazo final no dia 21 de junho de 2023. Portanto, o recurso na presente data é tempestivo.

Desse modo, comprovada a tempestividade, o presente recurso deve ser admitido, fazendo-o com o objetivo de reconsiderar a decisão que inabilitou a empresa PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA em relação à documentação técnica e, posteriormente, habilitá-la na licitação em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

## **II. BREVE RESUMO**

Trata-se da Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, de número 02/2023, cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projeto executivo de arquitetura, complementares e orçamento para a construção da nova Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo/RJ.

Ab Initio, o presente recurso visa exibir as razões de fato e de direito que importarão na descon sideração da decisão da área técnica Comissão Permanente de Licitação de inabilitar a Empresa PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA, garantindo, assim, o verdadeiro direito ao duplo grau assegurado pela Carta Magna aos litigantes, conforme preleciona o art. 5º, inciso LV.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**LV** - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

## **III. DOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITO**

### **III.1 DA INCOMPATIBILIDADE EM CARACTERÍSTICA E QUANTIDADE DAS CERTIDÕES DE ATESTADOS TÉCNICOS EM RELAÇÃO AOS DO OBJETO SOLICITADO.**

A folha de informação a respeito das qualificações técnicas da Concorrência 02/2023, enviada no dia 14 de junho de 2023, por e-mail, fez a seguinte observação:

As certidões de Atestados Técnicas apresentados pela Empresa PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA não se apresentam compatíveis em características e quantidade ao objeto licitado, conforme exigido no item 7.1 do Edital de Licitação em que se lê: “7.1 Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei nº 8666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, (...)”.

Acerca do artigo 30 da Lei nº 8666/93, cabe ressaltar os dispostos nos parágrafos 2º e 3º:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A CONTRATANTE menciona que a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA não apresentou Atestados Técnicos compatíveis em características e quantidades ao do objeto licitado. No entanto, houve descumprimento do próprio artigo 30 da Lei 8666/93, no § 2º. A exigência feita no instrumento convocatório pedia a comprovação de Projetos Corporativos, Administrativos ou similares, o que foi plenamente cumprido pela Licitante. Abaixo, o item 7.1 do Edital Concorrência 02/2023.

7.1 Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, observando as peculiaridades do objeto deste Projeto Básico, para comprovação de aptidão de desempenho de atividade(s) em serviço(s) de arquitetura/engenharia de:

- a) Projeto Executivo de Arquitetura de Edifícios Corporativos, Administrativos, ou similares – Públicos ou Privados;
- b) Projeto Executivo Estrutural de Edifícios Corporativos, Administrativos, ou similares – Públicos ou Privados;
- c) Coordenação e Compatibilização de Projetos Executivos de Edifícios Corporativos, Administrativos, ou similares – Públicos ou Privados.

O informativo 277/2016 do TCU – Plenário apresenta que:

os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Logo, a cobrança de qualquer exigência ou item de relevância que não encontrar previsão no Edital Concorrência 02/2023 fere o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, tendo em vista que a exigência de apresentar projetos de Edifícios Corporativos, Administrativos ou Similares foi cumprida pela PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA.

Como a CONTRATANTE não especificou outras parcelas de relevância necessárias para o referido edital (além das já citadas anteriormente) e ainda mencionou que bastaria, inclusive, a comprovação de desempenho atividade similar, subentende-se que a CONTRATANTE julgou que tal especificidade não fosse necessária. E, como em todo caso, a abordagem fica restrita ao previsto no Instrumento Convocatório.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Ou seja, nada pode ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação. A revista “Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudências do TCU”, na 4ª edição, no ano de 2010, trata a respeito do tema fazendo a seguinte observação:

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, **as exigências editalícias devem ser cumpridas integralmente**, ressalvadas aquelas consideradas ilegais. Não é demais afirmar que o sucesso da licitação depende de ato convocatório e anexos bem elaborados (grifo nosso).

É o que prevê também o Acórdão 2387/2007 Plenário:

Zele para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei no 8.666/1993.

E ainda o Acórdão 112/2007 Plenário:

Atente para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, **bem assim abstenha-se de efetuar exigências que comprometam o caráter competitivo do certame**, em desacordo com o art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei no 8.666/1993 (grifo nosso)

Aliás, exigir que as licitantes apresentem prova de execução de serviços idênticos aos do objeto licitado ou exigir além do que foi expresso no Edital Concorrência 02/2023 fere não somente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas também o julgamento objetivo, como preconizado no art. 3º da Lei 8666/93:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**. (grifo nosso).

Em se tratando de regras de instrumento convocatório, os artigos 41 e 55, XI, da Lei 8666/93, respectivamente, ainda estabelecem o seguinte:

Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada**.

(...)

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XI – a vinculação ao edital da licitação ou ao termo que a dispensou ou a exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor. **(grifo nosso)**

O princípio do julgamento objetivo significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos previamente (no ato convocatório) para julgamento da documentação e das propostas. Afasta, assim, a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio do julgamento objetivo estão intrinsecamente ligados ao tratamento isonômico dado aos licitantes, não podendo ser afastados de quaisquer certames licitatórios. Além disso, a inabilitação no que se refere à documentação técnica da Empresa PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA configura um ato que frustra a competitividade e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

O Acórdão 743/2010 Primeira Câmara (Sumário) delibera que “Afastando-se do julgamento objetivo e das condições editalícias, é nulo o ato que desclassifica abusivamente licitante do certame”.

Pelos motivos expostos, fica claro que o argumento acerca de suposta “incompatibilidade em característica e quantidade das certidões de atestados técnicos em relação aos do objeto solicitado” não se sustém. Insistir nessas premissas fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio do julgamento objetivo, além de frustrar a competitividade e violar a isonomia.

Dito isso, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA solicita que seja observada a vinculação ao instrumento convocatório, bem como aos demais princípios licitatórios implícitos e explícitos no corpo deste documento e praticados no âmbito do Direito e, conseqüentemente, que as Certidões de Acervo Técnico de Coordenação Geral sejam considerados compatíveis em características e quantidades aos do objeto da licitação.

### **III.II DA APRESENTAÇÃO DE CATs DE PROFISSIONAL DE ENGENHARIA PARA COMPROVAR RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE CARGO DE ARQUITETO (ARQUITETURA)**

O artigo 7º da Resolução 218/1973, em que o CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, ao discriminar as atividades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, tendo em vista que a Criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo se deu apenas no ano de 2010, menciona as seguintes atribuições dos Engenheiros Civis:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Logo, como acima mencionado, é evidente que o Engenheiro Civil é apto para elaboração de projetos.

Tal fato foi corroborado por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2021, após decisão reconhecendo que a elaboração e a execução de projetos arquitetônicos competem também a engenheiros e não são atividades privativas apenas de arquitetos e urbanistas. É a decisão do Ministro Herman Benjamin no AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL Nº 1872400 - PE (2020/0101584-6):

a partir da Lei nº 12.378/2010, os arquitetos e urbanistas foram retirados do campo de abrangência do sistema CONFEA/CREAs. Foram criados o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo, que passaram a ser os órgãos de regulamentação e fiscalização de referidas profissões. (...) Não cabe aferir a legalidade ou ilegalidade da Resolução CAU/BR nº 51/13 ou da Resolução CONFEA 1048/2013, mas apenas harmonizar a leitura dos seus dispositivos à luz da Lei n. 12378/2010, que em seu bojo traz a solução para eventuais conflitos que possam advir do exercício do poder regulamentar conferido aos conselhos profissionais, especialmente no que se refere à delimitação dos campos de atuação respectivos. E a solução se verifica no § 4º do artigo 3º da referida lei, como já explicitado: **a resolução conjunta entre os conselhos (grifo nosso)**

A explicitação da decisão vem a seguir:

Na prática, a solução do conflito aparente das resoluções se dá, a meu modo de ver, do seguinte modo: se uma atividade é estabelecida como privativa de arquiteto ou urbanista por ato administrativo do CAU/BR, mas ao mesmo tempo é prevista como privativa de engenheiro por ato normativo do CONFEA, todas estas profissões podem exercê-la, sem que um Conselho possa autuar profissional inscrito em outro. Nesse panorama, é inadmissível que um Conselho autue e/ou impeça profissional de outro Conselho de exercer atividade que esteja, ao mesmo tempo, prevista na Resolução de um e de outro Conselho, enquanto não deliberado por ambos os conselhos, em resolução conjunta, nos termos da Lei 12378/2010" (fls. 1.269-1.273, e-STJ) **(grifo nosso).**

Em que pese a apresentação de Certidões de Acervo Técnico de profissional de engenharia para comprovar responsabilidade técnica de cargo de arquiteto, o julgado supracitado é bem claro sobre a possibilidade de ambas as profissões (Arquiteto ou Urbanista e Engenheiro) possuírem a habilidade de elaborar e executar projetos arquitetônicos. Reitera-se o disposto na Resolução 218/1973 para que não haja dúvida da competência do Engenheiro Civil acerca do objeto licitado:

**Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento;**



portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, **coordenação** e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, **projeto** e especificação;

**(grifo nosso)**

Ou seja, são dois os dispositivos que COMPROVAM que a responsabilidade técnica do Arquiteto em relação ao objeto da licitação Concorrência 02/2023 também compete ao Engenheiro Civil: A Resolução 218/1973 do Confea (Responsável por definir as atribuições do profissional Engenheiro Civil) e o STJ, que põe fim a qualquer margem de discussão ao decidir que se uma atividade é estabelecida como privativa de arquiteto ou urbanista por ato administrativo do CAU/BR, mas ao mesmo tempo é prevista como privativa de engenheiro por ato normativo do CONFEA, todas estas profissões podem exercê-la, sem que um Conselho possa autuar profissional inscrito em outro.

Logo, como cabalmente exposto acima, não há o que se questionar quanto à utilização de CAT's de Profissional de Engenharia em relação ao cargo de Arquiteto, tendo em vista que há competência privativa de ambos os profissionais para executarem o disposto no objeto da licitação Concorrência 02/2023.

### **III.III DA NÃO APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS FORNECIDOS POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO (ARQUITETURA)**

A observação da Contratante acerca do item diz que “O profissional Arquiteto, Eduardo dos Santos Barros, não apresenta atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme exigido no item 27.3.1 do Projeto Básico, tendo sido apresentado apenas os registros das CAT's do Conselho Profissional”.

Primeiramente, é necessário destacar que a realização de diligências é um grande instrumento concedido às Comissões Permanentes de Licitação para esclarecer as dúvidas relacionadas às fases da licitação, conforme disposto o art 43, § 3º da Lei 8666/93.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. **(grifo nosso)**

Por trás da prerrogativa da utilização de diligência, encontra-se a finalidade da proposta mais vantajosa pela Administração, bem como a aplicação do formalismo moderado nos certames licitatórios ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O dispositivo a respeito da diligência na Lei 8666/93 é tratado como faculdade. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU), não somente incentiva nas numerosas jurisprudências adotadas como também chega a indicar obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo de desclassificação ou inabilitação do licitante, conforme demonstrado no Acórdãos abaixo:

**É irregular a inabilitação de licitante** em razão de ausência de informação exigida pelo edital, **quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência** prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, **por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.** (Acórdão nº 1795/2015 – Plenário).

**É irregular a desclassificação de empresa licitante** por omissão de informação de pouca relevância **sem que tenha sido feita a diligência facultada** pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário).

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame **deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração** (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário).

**(grifo nosso)**

Sob este mesmo aspecto, o entendimento do Doutrinador Lucas Rocha Furtado, representante do Ministério Público de Contas da União, é o seguinte:

É certo que, se o instrumento convocatório de uma licitação impõe determinado requisito, deve-se reputar como relevante tal exigência, arcando o licitante com as consequências de sua omissão. Essa é a regra. **Esse rigor não pode ser aplicado, no entanto, de forma a prejudicar a própria Administração.** Nesses termos, a Administração, **afastando o excesso de formalismo, deve preferir consagrar vencedora a proposta mais vantajosa, mesmo que para isso tenha de abrir mão de exigências previstas no Edital**, desde que isso não implique em lesão e direito dos demais participantes. (Curso de Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Atlas. 2001, p.31) **(grifo nosso).**

Complementa, ainda, o Doutrinador Ronny Charles Lopes de Torres:

Embora a determinação legal imponha à Administração o cumprimento das normas e condições previstas no edital, devemos lembrar que o **formalismo não é uma finalidade em si própria,**

**PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA**

Avenida Jornalista Moacir Padilha, 1141 – Jardim Primavera – Duque de Caxias/RJ – CEP 25.215-250

Telefone: (21) 3491-5702 / (21) 99976-2610

E-mail: [matheus@passosengenharia.com](mailto:matheus@passosengenharia.com)

Web Site: [www.passosengenharia.com](http://www.passosengenharia.com)



**mas um instrumento utilizado na busca do interesse público, o qual, na licitação, orienta-se pela busca da melhor proposta para a Administração, resguardando o respeito a isonomia entre os interessados (Binômio: Vantagem e Isonomia). (Leis de Licitações Públicas Comentadas, 9ª Ed. Salvador: JusPodivm, 2018, p. 566) (grifo nosso).**

Como expressamente exposto, o poder de diligência se legitima quando fundamentada no interesse público, na busca da proposta mais vantajosa ou na ampla competitividade. Portanto, não é possível a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no envelope de habilitação, **RESSALVADA A HIPÓTESE ADMITIDA DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA QUANDO A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA CONTIVER DE MANEIRA IMPLÍCITA O ELEMENTO SUPOSTAMENTE FALTANTE.**

É exatamente o caso em questão: uma simples diligência feita no site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – diligência obrigatória conforme entendimento do TCU -, a respeito do CAT 7835122022, do Arquiteto Eduardo dos Santos Barros, resolveria a não apresentação do atestado. Como já se sabe, a Certidão de Acervo Técnico é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as atividades registradas no Crea, que constituem o acervo técnico do profissional.

Não se pode prejudicar a busca pela melhor proposta para a Administração e afetar a competitividade do certame por causa do excesso de formalismo, tendo em vista que o CAT 7835122022, além de estar compatível com as exigências de características e quantidade aos do objeto licitado, contém as informações necessárias, inclusive, por exemplo, da Contratante Prefeitura Municipal de Magé - CNPJ: 29138351000145, pessoa jurídica de direito público, além das atividades técnicas realizadas, bem como a descrição de execução do projeto elaborado e seus respectivos quantitativos.

É o que prevê o Acórdão 2579/2009 Plenário:

Mantenha no processo, ao elaborar critérios de pontuação dos quesitos de proposta técnica, a motivação para cada item, bem assim para o total de pontos atribuídos, de modo que possam ser aferidos posteriormente pelos licitantes interessados e pelos órgãos de controle. Não se olvidando, ainda, de que **o objetivo da licitação é a busca da proposta mais vantajosa, guardados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e probidade, além de outros, inclusive os inerentes aos procedimentos administrativos em geral, como os da razoabilidade e da proporcionalidade (grifo nosso).**

Diante desse exposto, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA solicita que **o CAT 7835122022 seja contabilizado para fins de pontuação no item de arquitetura**, por preencher todos os requisitos necessários para tal.

Aliado a esse fato, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA evoca o argumento utilizado no tópico anterior para contestar o não aceite do CAT 28342021 do Engenheiro Civil Rojairo Marmello Kerheisbaumer.

Como explicitado de forma detalhada acerca do Acervo Técnico de profissional de engenharia para comprovar responsabilidade técnica de cargo de arquiteto, o julgado do AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL Nº 1872400 é bem claro sobre a possibilidade de tanto o Arquiteto (ou Urbanista) quanto o Engenheiro possuírem a habilidade de elaborar e executar projetos arquitetônicos.

Acrescenta-se o fato que não há no Edital Concorrência 02/2023 e em seus respectivos anexos a vedação de apresentação de CAT's de diferentes profissionais para comprovar a habilitação técnica. Logo, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA exprime a necessidade de observação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório também para esse tópico, de modo que a presente o andamento da licitação possa continuar a ocorrer da forma mais correta possível.

Diante desse contexto, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA **solicita que o CAT 28342021 seja contabilizado para fins de pontuação no item de arquitetura** por preencher todos os requisitos necessários para tal.

### **III.IV – ESTRUTURA**

A PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA **solicita que o CAT 5592802011, do profissional Reginaldo Branco da Cruz seja contabilizado para fins de pontuação no item estrutura** por preencher todos os requisitos necessários para tal.

Ainda, reitera o disposto anteriormente, que não há no Edital Concorrência 02/2023 e em seus respectivos anexos a vedação de apresentação de CAT's de diferentes profissionais para comprovar a habilitação técnica. Logo, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA exprime a necessidade de observação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório também para esse tópico, de modo que o andamento da licitação possa continuar a ocorrer da forma mais correta possível.

### **III.V - EMPRESA INSITE ARQUITETOS – ITEM ESTRUTURA**

Na folha de informação, a respeito da comprovação técnica, no item de Estrutura, foram apresentados os seguintes CAT's da licitante Insite Arquitetos, num total de 5 (cinco): 135642/2012, 148365/2012, 135647/2012, 103/97 e 102/97.

Como o critério de pontuação atesta 10 (dez) pontos para quem comprovar no mínimo 1 (um) atestado, sobram 4 (quatro) atestados adicionais, que pontuam 2 pontos cada. A pontuação correta da empresa Insite Arquitetos, deveria ser de 18 (dezoito) pontos no item Estrutura – e não de 20 (vinte) pontos, como foi inserido na folha de informação.

Dessa forma, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA **solicita que a pontuação da Empresa Insite Arquitetos seja corrigida.**

## **IV. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E DO PEDIDO**

Finalmente, estando comprovado e fundamentado o presente recurso, a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA reitera seu compromisso com a retidão,

transparência e crença no procedimento licitatório, uma vez que busca um direito seu assegurado por lei. Portanto, a licitante requer que:

1. Seja recebido o presente recurso do Edital CONCORRÊNCIA 02/2023, de Processo Administrativo nº 50783/2022.
2. Seja dada o provimento, bem como sejam considerados os fatos e fundamentos de direito presentes neste recurso e se digne a habilitar a licitante PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA para o prosseguimento do certame licitatório;
3. Sejam considerados compatíveis em características e quantidades aos do objeto da licitação as Certidões de Acervo Técnico do item de Coordenação.
4. Seja considerada a competência privativa do Engenheiro Civil para a Elaboração de projetos Executivo de Arquitetura, no item de exigência Arquitetura, para que sejam obedecidas a Resolução 218/1973 e a Jurisprudência do STJ, aceitando, assim, Certidões de Acervo Técnico de Engenheiro Civil e contabilizando a devida pontuação no item supracitado.
5. Seja contabilizada a pontuação da Certidão de Acervo Técnico 7835122022 do Arquiteto Eduardo de Santos Barros para o item Arquitetura, tendo em vista o fato de que não se pode prejudicar a busca pela melhor proposta para a Administração e afetar a competitividade do certame por causa do excesso de formalismo.
6. Seja contabilizada a pontuação da Certidão de Acervo Técnico 5592802011 do profissional Reginaldo Branco da Cruz no item Estrutura.
7. Seja corrigida a pontuação do item Estrutura da Empresa Insite Arquitetos.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

---

**MATHEUS DE LIMA PASSOS**  
PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA